



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
**Escola do Poder Judiciário**

**EDITAL Nº 023/2026**

### **PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

O Desembargador **Luis Camolez**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o curso: "**Judicialização da Saúde: Precedentes Vinculantes e o Novo Cenário do STF**" , credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Benedito Gonçalves – Enfam, para fins de vitaliciamento e promoção, pela **Portaria n.º 09 de 16 de janeiro de 2026**, conforme as regras determinadas a seguir.

#### **1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. **Curso:** Judicialização da Saúde: Precedentes Vinculantes e o Novo Cenário do STF

1.2. **Formador:**

**Clenio Jair Schulze**

Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Pós-Graduado em Justiça Constitucional e Tutela Constitucional dos Direitos pela Universidade de Pisa/IT. Professor da Pós-Graduação em Saúde do Instituto Luiz Mário Moutinho. Professor dos Cursos de Pós-Graduação e MBA do Instituto de Ensino e Pesquisa Einstein. Membro do FONAJS do Conselho Nacional de Justiça. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça CNJ (2013/2014). Juiz Federal em SC. Autor do livro Judicialização da Saúde no Século XXI (2018) e coautor do livro Direito à Saúde (2019, 2a ed.). Formado no Programa de Formação de Formadores.

1.3. **Coordenador:**

**Coordenador Pedagógico:** Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira: Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. MBA em Poder Judiciário pela FGV. Especialista em Direito do Trabalho pela UNB. Especialista em Direito Público pela FACIPE. Formador ESJUD. Formador ENFAM.

1.4. **Modalidade:** EaD (com encontros síncronos via *google meet*)

1.5. **Carga horária:** 22 horas-aula.

1.6. **Período de Realização:** 19 de fevereiro de 2026 a 19 de março de 2026

1.7. **Local de realização:** Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA/Esjud e *Google Meet*.

1.8. **Inscrições:** De 12 a 16 de fevereiro de 2026.

1.9. **Objetivo Geral:** Prolatar decisões judiciais à luz da Saúde Baseada em Evidências e da Saúde Baseada em Valor, que norteiam a sistemática decisória nas áreas da Medicina e da Farmácia, aplicando corretamente os precedentes vinculantes relacionados ao Direito da Saúde e à Judicialização da Saúde, de modo a assegurar decisões tecnicamente fundamentadas, juridicamente coerentes, isonômicas e alinhadas à jurisprudência dos tribunais superiores, especialmente quanto à efetivação de políticas públicas de saúde e à racionalização da intervenção judicial.

1.10. **Origem da Demanda:** Art. 9º, IV Capacitação com os(as) magistrados(as) sobre a aplicação dos precedentes vinculantes relacionados ao Direito da Saúde e/ou Judicialização da Saúde (10 pontos). Resolução CNJ nº 238/2016, Resolução CNJ nº 388/2021, Resolução CNJ nº 107/2010 e Recomendação CNJ nº 146/2023.

## 2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. **Público-alvo prioritário:** Magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e assessores(as) que trabalham com a matéria.

2.2. **Número de vagas:** 40 (quarenta) vagas.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

### 3.1. Pré-requisitos:

3.1.1. Conhecimento básico do Sistema Operacional Windows, acesso a um computador com multimídia, capaz de reproduzir áudios e vídeos.

3.1.2. Acesso à Internet, com velocidade mínima de conexão de 256 kbps.

3.1.3. Possuir endereço de correio eletrônico (e-mail) válido e atual; o e-mail deverá ser de uso exclusivo do(a) aluno(a) e consultado, preferencialmente, diariamente.

3.1.4. Sistema Operacional e Navegador de Internet atualizados. Adobe Flash Player, Adobe Acrobat Reader e Windows Media Player instalados e atualizados.

3.2. A inscrição será registrada no sistema EmeronWeb, via <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

3.3. A Coordenadoria de Execução Educacional - COEED fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) ao término da ação educacional, mediante registro de presença no próprio sistema.

3.4. Ao final da ação educacional, a Coordenadoria de Controle e Monitoramento - COMON fará os devidos registros no Sistema EmeronWeb para a liberação da certificação.

**4. EMENTA:** Direito à Saúde. Aplicação nos Tribunais. Relação entre Direito e Medicina e Direito e Farmácia. Judicialização da Saúde. Posicionamento dos Tribunais Brasileiros. Interpretação do STF. Súmulas Vinculantes. Repercussões Gerais e Recursos Repetitivos. Critérios para a Decisão Judicial em Saúde. Saúde Baseada em Evidências. Avaliação de Tecnologias em Saúde – ATS. Evidências Científicas em Saúde. Indústria de Produtos e Tecnologias em Saúde. Judicialização da Saúde. CNJ. Atos Normativos. NATJUS. CONITEC. Saúde Suplementar. Planos de Saúde. Posicionamento do STJ. ANS. Precedentes Vinculantes.

### 4.1. Estrutura do Curso

Etapas	Período	Tema	Atividades	Carga Horária
<b>Ambientação</b>	19 a 22/02/2026	Ambientação ao Curso	• Apresentação do curso e da plataforma virtual	<b>1h</b>
<b>Módulo I</b>	23 a 28/02/2026	Direito à Saúde e o STF	• Aula síncrona (Google Meet) - 24/02/2026, das 14h às 17h  • Fórum de discussão: repercussões gerais, recursos repetitivos, critérios para decisão judicial em saúde, saúde baseada em evidências, ATS, evidências científicas e indústria da saúde (23 a 28/02/2026)	<b>7h</b> (3h aula síncrona + 2h fórum + 2h material complementar)

<b>Etapas</b>	<b>Período</b>	<b>Tema</b>	<b>Atividades</b>	<b>Carga Horária</b>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Material complementar: textos disponibilizados na plataforma</li> </ul>	
<b>Módulo II</b>	1º a 9/03/2026	Judicialização da Saúde e Órgãos de Controle(CNJ, ANS, CONITEC, Saúde Suplementar)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula síncrona (Google Meet) - 09/03/2026, das 14h às 17h</li> <li>• Fórum de discussão: contratos de planos de saúde e papel da ANS (1º a 9/03/2026)</li> <li>• Material complementar: textos disponibilizados na plataforma</li> </ul>	<b>7h</b> (3h aula síncrona + 2h fórum + 2h material complementar)
<b>Módulo III</b>	10 a 19/03/2026	O Futuro da Judicialização da Saúde Pública e SuplementarPrecedentes Vinculantes em Direito da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula síncrona (Google Meet) - 19/03/2026, das 14h às 17h</li> <li>• Fórum de discussão: contratos de planos de saúde e atuação da ANS (10 a 19/03/2026)</li> <li>• Material complementar: textos disponibilizados na plataforma</li> </ul>	<b>7h</b> (3h aula síncrona + 2h fórum + 2h material complementar)

#### 4.2. Conteúdo Programático

- Ambientação

Matriz pedagógica do curso.

Guia do curso.

Manual do aluno.

Netiqueta.

Tutorial de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola do Poder Judiciário do Acre.

Fórum de apresentação dos alunos e tutores do curso.

- Módulo I - Direito à Saúde e o STF.

Introdução;

Aplicação do Direito à Saúde nos tribunais;

Relação entre Direito e Medicina e Direito e Farmácia;

A posição dos tribunais brasileiros sobre a judicialização da saúde;

Interpretação dos recursos repetitivos e repercussões gerais sobre o tema;

Critérios para a decisão judicial em saúde;

Avaliação de tecnologias em Saúde – ATS;

Evidências científicas em saúde; e  
Indústria de produtos e tecnologias em saúde.

- Módulo II - Judicialização da Saúde e Órgãos de Controle. CNJ.ANS.CONITEC. Saúde Suplementar e a sua Judicialização.

1. Fontes de pesquisa na Judicialização da Saúde:

- 1.1. A atuação do Conselho Nacional de Justiça na área.
- 1.2. Atos normativos;
- 1.2. Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário – NATJUS;
- 1.3. Comissão nacional de avaliação de tecnologias em Saúde – CONITEC; e
- 1.4. A pesquisa científica em saúde.

2. Aspectos destacados da saúde suplementar:

- 2.1. Teoria geral dos planos de saúde;
- 2.2. Principais posições do STJ em relação aos planos de saúde;
- 2.3. Agência de Saúde Suplementar – ANS e o controle regulatório; e
- 2.4. O rol da ANS.

- Módulo III - O Futuro da Judicialização da Saúde Pública e Suplementar. Precedentes Vinculantes relacionados ao Direito da Saúde. Estudo de caso.

Precedentes Vinculantes vinculados ao Direito da Saúde e/ou Judicialização da Saúde.

## 5. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

5.1. Avaliação do(a) cursista: A avaliação será individual e contínua, por unidade/módulo levando em conta o acompanhamento do desempenho do aluno no ambiente virtual, através das atividades avaliativas nos fóruns de discussão bem como a realização de uma atividade final/estudo de caso (valendo 100 pontos), que ocorrerá no módulo III, sobre evento emblemático envolvendo a judicialização da saúde.

Serão três fóruns de discussão, correspondentes aos módulos I, II e III. Cada um dos fóruns valerá, no máximo, 100 pontos e terá a duração de uma semana, correspondendo ao período de realização da respectiva unidade.

A nota de cada módulo será a média da nota do fórum de discussão com a(s) da(s) atividade(s) desenvolvida(s) dentro da unidade, sendo assim, gerada apenas uma nota para cada módulo, como ocorre no módulo III com a atividade final/estudo de caso.

Nos fóruns, os alunos serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

Critérios	Pontuação
-----------	-----------

Demonstração de compreensão dos conteúdos	30 pontos
Capacidade de articulação e diálogo com os demais participantes	20 pontos
Coerência e objetividade das considerações	30 pontos
Polidez, cortesia e respeito às opiniões apresentadas	20 pontos
<b>TOTAL</b>	<b>100 pontos</b>

5.2. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de 22h (vinte e duas horas) e média final igual ou superior a 75 pontos correspondente ao conceito "Bom".

A aprovação do aluno será com base nos critérios de avaliação previamente estabelecidos e na média dos valores atribuídos às atividades avaliativas propostas. Será observada a tabela de conceitos abaixo:

<b>0 a 49,99</b>	<b>50 a 74,99</b>	<b>75 a 89,99</b>	<b>90 a 100</b>
Insuficiente	Regular	Bom	Ótimo

A base de cálculo para obtenção da média final será da seguinte forma:

**Média Final** = somatório das notas das unidades/módulos dividido pela quantidade de unidades/módulos.

5.3. O concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, acessando o link <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/>, após preenchimento da Avaliação de Reação.

5.4. Avaliação da ação (de reação): Ao final do curso, o(a) estudante apontará o seu grau de satisfação com relação ao tema, carga horária, informações novas oferecidas, uso do ambiente virtual, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, dentre outros.

## 6. DA METODOLOGIA

6.1. As atividades pedagógicas baseiam-se em exposições teóricas dialogadas, com incentivo à participação em ambiente virtual, e no estudo de casos-problema extraídos da realidade, voltados à análise de conceitos jurídicos, interpretação da legislação aplicável e reflexão sobre as decisões judiciais possíveis. O docente atuará como mediador do processo de aprendizagem, orientando os debates, propondo casos emblemáticos e incentivando a participação crítica dos cursistas, inclusive por meio da divisão em grupos para discussões e apresentações orais. O curso será estruturado com uma etapa de ambientação, cuja participação será computada como frequência, seguida de três unidades de estudo, totalizando 22 horas/aula, com previsão mínima de uma hora diária de dedicação. A interação ocorrerá de forma síncrona, por meio de aulas ao vivo, e assíncrona, por meio de

fóruns de discussão, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre cursistas e docentes. Na modalidade a distância, serão utilizados diversos recursos didáticos, como vídeos, textos-base, artigos, julgados, legislação e materiais complementares, todos disponibilizados na plataforma Moodle da Escola Judicial.

## 7. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

7.1. O curso está orçado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referente a 22 horas/aula do formador.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito(a) pelo(a) participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao e-mail da da Coordenadoria de Execução Educacional: [coeed@tjac.jus.br](mailto:coeed@tjac.jus.br).

8.2. A Coordenadoria de Execução Educacional será responsável pelo monitoramento da frequência da(o) aluna(o).

8.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD

### ANEXO I Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
De 12 a 16 de fevereiro de 2026.		<a href="https://esjud.tjac.jus.br">https://esjud.tjac.jus.br</a>	Período de divulgação e inscrições.
19 de fevereiro de 2026 a 19 de março de 2026		Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA/Esjud e Google Meet	Realização do Curso: Judicialização da Saúde: Precedentes Vinculantes e o Novo Cenário do STF

Desembargador **Luis Camolez**  
Diretor da ESJUD

Rio Branco - AC, 20 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Vitorio Camolez, Diretor da ESJUD**, em 27/01/2026, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2309462** e o código CRC **FB7B71DE**.

---